

RESENHA

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

*Ingrit Roselaine Diekow**

A obra “Participação e Teoria Democrática” de Carole Pateman é composta por seis capítulos. Embora cada capítulo trate de assuntos diferenciados todos estão interligados, complementando-se, portanto, não é aconselhável a leitura isolada deles. Porque fazendo uma leitura isolada dos capítulos tem-se apenas uma visão parcial da discussão que a autora aborda e perde-se a sutileza com que vai desenrolando o nó teórico, puxando o fio que a conduzirá ao longo da obra.

O nó que Pateman vai desmanchar é a compreensão do que é a participação e qual seu papel numa teoria de democracia moderna e viável. Neste sentido, a ponta do fio é a história, e a autora remonta-se a períodos anteriores em busca de argumentos que a ajudem a puxar esta ponta.

Esses argumentos ela encontra em diferentes autores, e inicia a discussão com os contemporâneos como, Schumpeter, Dahl, Sartori, Eckstein e Berelson, os quais agrupa em torno do que chama “Teoria Contemporânea da Democracia”.

As idéias que esses autores apresentam são minuciosamente examinadas, não com o objetivo de apresentá-las simplesmente, mas de utilizá-las como referencial para a compreensão da realidade.

Assim, a autora levanta alguns pontos que caracterizam a base de uma teoria da democracia comum aos quatro autores.

O primeiro é a própria compreensão de democracia. “Nessa teoria”, afirma a autora, “a ‘democracia’ vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional” (p.25). Ou seja, o que determina esse método como democrático é a competição pelos votos e as eleições livres e periódicas. Pois, é através do voto que as

* Aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas.

pessoas adquirem força para controlar os líderes e também influenciar nas decisões destes. Dessa forma, a autora aponta para a questão do “sufrágio universal” como a única garantia de igualdade de oportunidade e acesso aos mecanismos de controle sobre os líderes.

Neste sentido, a participação é outro ponto fundamental, uma vez que representa a possibilidade de escolha daqueles que tomam as decisões. Conforme a autora, “a função da participação nessa teoria é apenas de proteção; a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados” (p.25). Sendo assim, o nível de participação, nessa teoria, não deve ir além do mínimo necessário para manter a “máquina eleitoral” ou “método democrático” estabilizado, porque o excesso de participação pode gerar uma certa confusão no sistema.

No segundo capítulo, Pateman segue desfazendo o nó com a ajuda de Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole, fundamentando o que denomina de “Teoria Clássica da Democracia” ou “Teoria da Democracia Participativa”.

As contribuições comuns desses autores a Teoria da Democracia Participativa, partem do entendimento de que a participação é ilimitada, e todos devem e podem participar, interagindo com o grupo. Mas, nessa teoria, a simples existência de instituições representativas a nível nacional não é suficiente para garantir a democracia, porque a “socialização ou treinamento social” se dá também em outras esferas, nas quais existe a possibilidade de desenvolvimento de atitudes e qualidades psicológicas intrínsecas a participação.

A principal função dessa participação, segundo a autora, “é educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos” (p.61). Neste aspecto, para existir um governo democrático deve necessariamente a sociedade ser participativa. A participação pode iniciar no local de trabalho como aprendizagem e evoluir, gradativamente, para participações no contexto social mais amplo.

Considerando essas idéias, a autora segue desmanchando o nó nos capítulos seguintes, onde trata da democratização das estruturas de autoridade na indústria, desvelando a eficácia política da participação no local de trabalho e as definições de participação e democracia nestes

locais. Finaliza trazendo alguns exemplos de autogestão dos trabalhadores na Iugoslávia.

Na conclusão, Pateman retoma as idéias centrais de cada teoria e cria um paralelo - nada convencional - entre elas, propondo várias questões que ficam em aberto a cargo da interpretação do leitor.

